

INTERLEGIS BRASIL

Por um Legislativo moderno e integrado

Arquivos legislativos guardam a memória do país

O Senado, por exemplo, acumula 14 milhões de documentos desde a sua fundação, no século 19, todos disponíveis para consulta do cidadão

Pág. 4

Governo aprova prorrogação do contrato entre Interlegis e BID

Pág. 2

Jaguarão conclui o Projeto de Modernização Legislativa

Pág. 3

Interlegis e Biblioteca do Senado lançam o Projeto Bibliolegis

Pág. 2

Aval do governo garante parceria internacional por mais dois anos para a modernização do Poder Legislativo

Interlegis prorroga empréstimo do BID

Foi prorrogado até 10 de dezembro de 2013 o contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que garante a continuidade das ações do Programa de Modernização e Integração do Poder Legislativo (Interlegis), do Senado Federal. O Ministério da Fazenda acolheu recomendação da sua Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) sobre o empréstimo.

Com a garantia de continuidade, confirma-se para 2012 amplo trabalho de ambientação e integração dos vereadores de todo o país a serem eleitos no pleito municipal, em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as escolas legislativas de assembleias estaduais e câmaras municipais.

Uma das iniciativas mais importantes para os próximos

dois anos é a implantação do domínio .leg.br, com o objetivo de delimitar o espaço institucional do Poder Legislativo e padronizar os endereços das Casas legislativas e de tribunais de contas na internet.

Nova fase

Desde 1997, o Interlegis é considerado o maior programa para a modernização e integração do Legislativo brasileiro, em uma iniciativa inédita no mundo. Suas ações são dirigidas às câmaras municipais e assembleias legislativas, para a organização dos processos, capacitação de parlamentares e servidores e implantação de tecnologia de ponta desenvolvida especificamente para as Casas legislativas.

Depois da primeira fase – quando mais de 4.300 câmaras

municipais aderiram ao Interlegis, com capacitação de equipes, e 3.544 receberam computador e impressora, além de softwares –, o programa entrou em nova etapa, chamada Interlegis II. Atualmente, investe em ações diretas que valorizam e otimizam os recursos humanos e criam condições para que as Casas desempenhem com eficiência e transparência suas atividades.

O diretor da Secretaria Especial do Interlegis, Haroldo Tajra, explica que “pretende-se implantar o modelo de modernização legislativa, tendo por base quatro segmentos integrados: tecnologia (nas áreas de informação, gestão e processo legislativo); capacitação de parlamentares e funcionários das Casas legislativas; informação e comunicação”.



Com a prorrogação, Interlegis ampliará ações de capacitação

Firmado acordo com grupo de câmaras catarinenses

A parceria entre o Interlegis e a União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale Itajaí (Ucavi), com 28 câmaras filiadas, é o primeiro acordo para ações conjuntas entre o programa e uma associação de Casas legislativas.

O convênio foi assinado no dia 24 de outubro, pelo presidente da Ucavi, Odilmar de Souza, e pelo diretor do Interlegis, Haroldo Tajra, na sede do programa, que investe na parceria,

sobretudo, para o êxito do Projeto de Integração dos Vereadores. A Ucavi vai coordená-lo no seu raio de atuação, podendo indicar palestrantes, coordenadores locais e outros parceiros.

Paralelamente à assinatura do convênio, foi realizado encontro de mais de 60 vereadores e servidores de câmaras filiadas à Ucavi que conheceram melhor os produtos e serviços oferecidos pelo Interlegis e participaram de palestras e debates.

Paraná reforça parceria com o Interlegis

No dia 29 de novembro, dirigentes da Assembleia Legislativa do Paraná – os deputados Valdir Rossoni (presidente) e Plauto Miró (1º secretário) e o diretor-geral Benoni Manfrin – receberam o diretor de Formação e Atendimento da Comunidade Legislativa, Francisco Etelvino Biondo, para encontros destinados a reforçar a parceria entre aquela Casa e o Interlegis.

Um dos resultados é a previsão de que, em fevereiro de 2012, o primeiro Encontro de Comunicação Integrada, promovido pelo Interlegis, seja realizado em Curitiba, reunindo profissionais da área das 18 câmaras conveniadas no estado e da própria assembleia. O objetivo é resgatar e atualizar as informações dos diagnósticos feitos e propor ações específicas.

Oficina tratará da criação de ouvidorias parlamentares

Já está marcada para março do ano que vem a primeira oficina sobre criação de ouvidorias parlamentares, novo projeto do Interlegis com a Câmara de Salvador, onde a decisão foi tomada em 2 de dezembro. A nova ação foi definida pela ouvidora, vereadora Olívia Santana, e o diretor da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade Legislativa do Interlegis, Francisco Etelvino Biondo.

Participaram ainda da reunião Lúcia Afonso Ribeiro, do Centro Digital de Cidadania; Cláudia Patrícia Diniz Coreia, da Ouvidoria; Paulo Roberto de Araújo, chefe de expediente; Vera Maria Lima Brandão, gerente de gestão de qualidade, todos da Câmara de Salvador; Alberto César, da assembleia

legislativa; e Wellington Marques, da Câmara de Irecê.

A oficina deverá orientar, em primeiro lugar, as Casas legislativas da Bahia conveniadas ao Interlegis a montarem suas ouvidorias. Depois o projeto será estendido a outros estados.

Criada em 2005, a Ouvidoria de Salvador tem como objetivo “receber, examinar, encaminhar e acompanhar as reclamações, críticas e sugestões de pessoas físicas e jurídicas relativas ao funcionamento da Câmara e dos demais serviços prestados pelo Poder Público municipal”, de acordo com a resolução que regulamentou o órgão. O acesso à Ouvidoria pode ser feito pelo telefone (71) 3320-0438, pelo e-mail ouvidoriacms@cms.ba.gov.br ou pelo site www.cms.ba.gov.br.



Heraldo Marinelli, ao lado de Doris Peixoto, adere ao Bibliolegis

Bibliolegis vai integrar bibliotecas em todo o país

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, anunciou, na abertura do 4º Encontro de Diretores-Gerais de Casas Legislativas, em Brasília, em 9 de dezembro, a criação do Projeto Bibliolegis. A iniciativa pretende integrar, inicialmente, as bibliotecas do Senado e da Câmara dos Deputados às das assembleias. Depois, o mesmo será feito em relação às câmaras.

Doris Peixoto apontou o acerto do projeto, ressaltando a importância de alinhar a gestão dos Legislativos à era da informação. A diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira, explicou que o apoio das Casas é fundamental para o sucesso da iniciativa.

Segundo seus idealizadores, o objetivo é facilitar

aos diversos atores do Poder Legislativo – parlamentares, servidores e cidadãos – o acesso aos ricos acervos das bibliotecas das assembleias e câmaras, integradas à Rede Virtual de Bibliotecas, que inclui as do Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União.

O diretor do Interlegis, Haroldo Tajra, confirmou que o órgão apoiou imediatamente a iniciativa, por entender que o Bibliolegis é coerente com as ações de informação, um dos pilares do Projeto de Modernização Legislativa.

Entusiasmado com a novidade, o diretor-geral da Assembleia do Maranhão, Heraldo Marinelli, formalizou a parceria com o Senado, sendo a primeira casa a aderir ao Projeto Bibliolegis.



Souza, da Ucavi, e Tajra, diretor do Interlegis

Gabriela Vogado/Interlegis

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo – Interlegis

Diretor nacional do Programa Interlegis: Senador Cícero Lucena

Secretaria Especial do Interlegis

Diretor: Haroldo Feitosa Tajra
Diretora-adjunta: Mariângela Cascão
Diretores das subsecretarias: Cláudio Cavalcante, Francisco Biondo, João Marcelo Novais, José Dantas e Ricardo Ramos

Diretor: Francisco Etelvino Biondo
Editores responsáveis: Leticia Borges e Luiz Carlos Santana de Freitas
Apoio técnico e revisão: Jornal do Senado
Estagiárias de jornalismo: Ana Sonaly, Gabriela Vogado, Leticia Pires e Tâmara Monteiro
Projeto Gráfico, arte e diagramação: Bruno Sartório, Cássio Costa, Claudio Portella, Iracema da Silva, Mauricy Mansur e Ronaldo Alves
Impressão: Seep/Senado Federal

Capa: fragmento da fachada da sede do Interlegis/Brasília

Via N2, Anexo E – 2º andar – Senado Federal – CEP 70165-900 – Tel.: (61) 3303-1049

Pelo país

Preservação e reconstrução

Por Luciana Villela e Marco Antonio Mendes, servidores do Interlegis

REALIZAMOS DIVERSOS DIAGNÓSTICOS em diferentes estados brasileiros. No Rio de Janeiro, com 92 municípios, diagnosticamos diversas câmaras municipais da Região Serrana fluminense.

Nessa empreitada, verificamos um enorme contraste no que se refere às estruturas, à preservação e à história dessas Casas legislativas. Encontramos câmaras que ainda utilizam apenas os computadores que foram doados pelo Interlegis, há quase dez anos.

Por outro lado, percebemos como uma câmara tombada pelo patrimônio histórico, como a de Petrópolis, consegue agregar à preservação do espaço a utilização de tecnologias que asseguram maior transparência e acesso a informações pela comunidade local.

Em Nova Friburgo, nos deparamos com uma câmara muito bem estruturada e que também preserva sua história. Mas o que nos chamou muito a atenção foi a situação desoladora do município, fortemente atingido pela tragédia das chuvas e enxurradas de verão deste ano. A cidade estava sendo reconstruída, e toda a comunidade envolvida em tornar o local novamente o paraíso turístico de antes.

Em meio a tudo isso, um fato engraçado. Ficamos hospedados em um hotel, bem ao lado de um enorme deslizamento de terra que, por sorte, não comprometeu a estrutura do prédio. Após o dia de trabalho, fomos dormir impressionados com a extensão da destruição. Lá pela madrugada, começou uma chuva com ventos fortes que, pela fresta da janela, se mostrava como um enorme dilúvio, deixando a todos nós preocupadíssimos com a possibilidade de o hotel vir abaixo.

Apesar de termos vivenciado situações contrastantes, as experiências pelo Brasil afora reforçaram a certeza da importância do papel dos Legislativos municipais para preservar nossa história e para ajudar a reconstruir cidades inteiras.

Câmara de Jaguarão é primeira a concluir ciclo modernizador

Perto de comemorar 200 anos, a câmara do município gaúcho de Jaguarão cumpriu todas as etapas do Programa de Modernização do Legislativo

Como se traduzem, na prática, as mudanças em uma Casa legislativa que tenha percorrido todo o caminho de modernização? A Câmara de Jaguarão, município de 27 mil habitantes no Rio Grande do Sul, pode dar a resposta. Ela foi a primeira do Brasil a completar o ciclo previsto no Projeto de Modernização do Legislativo (PML), nas áreas de capacitação, comunicação, informação e tecnologia.

Prestes a completar 200 anos, tornou-se modelo e assinalou o feito com sessão especial, em 18 de novembro, com presença de representantes do Interlegis. O Banco Interamericano de Desenvolvimento, financiador do programa, foi representado pelo gestor do contrato com o Senado, Dino Capriolo.



Sala de reuniões e treinamento foi criada em espaço que estava sem uso

Primeira câmara gaúcha a apoiar a Revolução Farroupilha, Jaguarão foi também pioneira no PML. Desde o diagnóstico em 2009, passou por reformas estruturais, capacitação de servidores, realização de oficinas e implantação de produtos e

serviços do Interlegis, como o Portal-Modelo e o SAPL.

Dino Capriolo registrou que o avanço garante à população “ter os seus representantes com mais condições de exercer suas funções de legislar, representar e fiscalizar”.

O presidente da Casa, Eduardo Neutzling, agradeceu a possibilidade de acesso a ferramentas que ajudaram a concretizar cada passo. E o superintendente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Sérgio Guimarães, destacou que a câmara passa a ser “modelo para os municípios”.

Como exemplo das mudanças, o diretor de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo, Francisco Biondo, ressaltou a reorganização do arquivo, com “documentação bem cuidada, dentro das normas mais modernas”. Documentos históricos da Câmara e da cidade estão reunidos em memorial que poderá ser visitado pelo cidadão. Além disso, o projeto Cidadão na web permite acesso ao setor de pesquisas da Casa.

ASCOM/Câmara de Pouso Alegre



O painel eletrônico foi inaugurado na sessão de 26 de novembro

Painel eletrônico atualiza Câmara de Pouso Alegre

A sessão ordinária de 26 de novembro da Câmara de Pouso Alegre (MG) trouxe uma novidade para quem acompanha o Legislativo local: painel eletrônico instalado no plenário permite acompanhar o que acontece na votação de projetos.

A aquisição teve como objetivo agilizar e modernizar os processos das sessões parlamentares. Dessa forma, a Casa

economiza com impressão dos projetos, expediente e ordem do dia, uma vez que esses documentos podem ser acessados pelos parlamentares por *netbooks*.

Todo material foi adquirido por licitação: um *videowall*, 11 *netbooks* (terminais de votação), três servidores de rede e um equipamento de corte de microfones. O custo total foi de R\$ 180 mil.

Natal sedia encontro de comunicação legislativa

Evento realizado em Natal, no período de 23 a 25 de novembro, promoveu palestras de especialistas do Senado. Acompanhadas por 34 servidores, as preleções abordaram as várias áreas de atuação dos comunicadores que atuam em Casas legislativas.

Ao final, foi feita a atualização dos diagnósticos e foram propostos projetos executivos individuais, a serem enviados posteriormente para assinaturas.

Todas as Casas participantes fazem parte do Programa

de Modernização Legislativa, com ações específicas para as conveniadas. São elas: Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, João Câmara, Messias Targino, Natal e Tibau do Sul.

O presidente da Câmara de Natal, Edivan Martins, lembrou que a Casa está sempre disposta a colaborar com o Interlegis, uma vez que o programa busca melhorar as ações do que ele chamou de base da pirâmide da democracia, “que são as câmaras municipais, onde a atividade política se faz de maneira mais efetiva”.



Participantes do Encontro de Comunicação Integrada de Natal

Curtas

- ▶ Bento Gonçalves (RS) – Implantado recentemente – a 1ª edição foi em 21 de outubro –, o serviço de *newsletter* da Câmara já tinha mais de 300 cadastrados, em 8 de dezembro. O boletim eletrônico, em sua 6ª edição, surgiu do Projeto Executivo de Comunicação Integrada elaborado pelo Interlegis, junto com os profissionais da Casa, durante encontro realizado em Caxias do Sul, em outubro.
- ▶ Brasília (DF) – Reunidos no seu 4º encontro nacional, em 9 de dezembro, na sede do Interlegis, dirigentes legislativos de vários estados aprovaram o estatuto que cria o Fórum Nacional dos Diretores-Gerais de Casas Legislativas. O próximo passo é fazer o registro em cartório e iniciar ações conjuntas.
- ▶ Natal (RN) – A partir deste mês e durante o ano de 2012, a Câmara de Natal comemora

seus 400 anos, com exposição de fotografias, lançamento de selo comemorativo, concurso de redação, exposição de livros, espetáculos artísticos e palestras.

- ▶ Pouso Alegre (MG) – *Workshop* sobre televisão e rádio digitais na Câmara de Pouso Alegre, nos dias 1º e 2 de dezembro, organizado pela Associação Brasileira de TVs e Rádios Legislativas (Astral), reuniu mais de cem representantes de Casas mineiras e dos estados de Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Santa Catarina e São Paulo. Além da troca de experiências, houve painéis com informações técnicas, jurídicas e operacionais e demonstrações práticas da tecnologia de transmissão digital. Mais informações: (61) 3037-3773, pelo e-mail gerencia@astralbrasil.org, ou no site www.astralbrasil.org.

Arquivos revelam história do país

Documentos raros ou cotidianos despertam interesse de historiadores e do público em geral

Segundo os manuais de arquivologia, arquivo é um conjunto de documentos criados ou recebidos por uma organização, firma ou indivíduo, que os mantém ordenadamente como fonte de informação para a execução de suas atividades. Os documentos preservados podem ser de vários tipos e em vários suportes e os mantenedores podem ser públicos, privados ou pessoais.

Desde 1532, com a instalação da Câmara Municipal de São Vicente (SP), os Legislativos vêm acumulando um número incalculável de documentos. Nas mãos de especialistas, eles permitem traçar um retrato da história brasileira. Servem, ainda, a análises da política nacional e dos fatos que marcaram o Parlamento.

Por meio desses documentos, é possível identificar as transformações das Casas em função das mudanças em suas atribuições. Antes da Independência, por exemplo, elas eram responsáveis pela coleta de impostos, por regular o exercício de profissões e ofícios e do comércio, além de cuidar da preservação do patrimônio público, e de criar e gerenciar prisões. Ou seja, uma ampla gama de atribuições assumidas pela administração pública e

Fotos de Luiz Freire/Federal Senado



Arquivo do Senado guarda documentos da Casa desde 1826. Ao lado, Márcia Pereira, que aplicou a primeira oficina de arquivo legislativo do Interlegis em Jaguarão

seus Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Pela Constituição de 1988, cabe ao Legislativo possibilitar o acesso a registros administrativos e a informações sobre atos de governo. No artigo 5º, o inciso 33 garante que todos têm direito a receber informações dos órgãos públicos, de interesse particular ou coletivo, ou que elas serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

O Senado tem um serviço que pertence ao sistema de arquivos do Poder Legislativo federal e do sistema nacional de arquivos. Desde 1826, acumula acervo de mais de 14 milhões de documentos oficiais, disponíveis para consulta pelo cidadão.

Francisco Maurício da Paz,

atualmente servidor do Interlegis, dirigiu o setor por 14 anos. Segundo ele, a maior demanda vem de escritórios de advocacia e pesquisadores acadêmicos. Muitas pessoas, porém, acionam o serviço de atendimento ao usuário para pedir informações e visitar o acervo. Os mais procurados são os mais antigos, como os documentos do processo legislativo que levou à assinatura da Lei Áurea, em 1888.

Apoio do Interlegis

O estímulo à otimização dos instrumentos de informação de acesso público das Casas é um dos pilares do Projeto de Modernização Legislativa, que norteia o Interlegis. Entre as ações propostas às Casas conveniadas, está a implantação de arquivos públicos ou o incremento dos que já existem.



A arquivista da Câmara dos Deputados, Márcia Pereira da Silva, foi enviada pelo programa, com apoio da assembleia gaúcha, para aplicar oficina de montagem e manutenção de arquivos na Câmara Municipal de Jaguarão (RS). Para os participantes, conta ela, a implantação de arquivos não estaria nas prioridades das câmaras.

– O que os gestores precisam entender é que a melhoria da administração da Casa passa por um controle maior do armazenamento e do fluxo de informações. Além disso, o acesso a elas é um direito do cidadão e uma obrigação constitucional do órgão – comenta Márcia.

Arquivo do Senado

- ▶ 12 mil metros lineares de documentos legislativos e administrativos
- ▶ Documento mais antigo – decreto de dona Maria, rainha de Portugal, de 1788
- ▶ 40 mil imagens fotográficas referentes às atividades políticas da Casa
- ▶ Anais do Congresso Nacional e do Senado, ambos com séries iniciadas em 1826
- ▶ Diário Oficial da União, Diário do Congresso e Diário do Senado Federal, com séries iniciadas em 1887 e 1888, respectivamente
- ▶ Consulta virtual ao acervo: www.senado.gov.br/sf/atividade/Materia/default.asp
- ▶ Para agendamento de visitas: (61) 3303-4076
- ▶ Pesquisa por telefone: 0800-612211
- ▶ Pesquisa por e-mail: arquivo@senado.gov.br
- ▶ Endereço: Secretaria de Arquivo (Sarq) – Via N2, s/n, Unidade de Apoio I – CEP 70.165-900 – Brasília (DF)

Para saber mais

Cabe ao Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um sistema nacional de arquivos, bem como exercer orientação normativa visando a gestão documental e a proteção especial aos documentos de arquivo. Além da Constituição federal, a Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. No portal do Conarq na internet (conarq.arquivonacional.gov.br), encontra-se manual intitulado *Recomendações para a Construção de Arquivos*.

Artigo

Arquivos do Legislativo: preservar para quê?

Por Marcos Magalhães de Aguiar, historiador e consultor do Senado

O TÍTULO DESTA ARTIGO alude à situação dos arquivos do Poder Legislativo. Como indicou o 1º Censo do Legislativo Brasileiro, realizado pelo Interlegis em 2005, o quadro geral dos serviços de documentação das câmaras municipais parece desanimador. A estrutura física é precária, não há pessoal designado para a função e raramente os arquivos são institucionalizados.

Como não se estabeleceu cultura de preservação de acervos, a existência deles parece condicionada pela ação pessoal dos mantenedores. A conclusão que se impõe é que a maior parte dos municípios brasileiros, ao arripio da Lei de Arquivos (Lei 8.159/91), não preservou os registros históricos do seu passado. A duras penas, mal se organizou para implementar a gestão

arquivística das informações de maior impacto cotidiano – os registros funcionais, administrativos, orçamentários, financeiros e legais. A regra parece ser a eliminação sem critério do patrimônio documental brasileiro, em inobservância tolerada das normas existentes.

A memória do Legislativo brasileiro continua ameaçada. Não devemos, porém, chorar sobre o leite derramado. Urge, neste momento, adotar ações determinadas de preservação dos acervos documentais sobreviventes, descrevê-los e acomodá-los da forma mais adequada. Também seria necessário implementar a gestão arquivística prevista na legislação atual.

O Senado dispõe de ferramentas que podem auxiliar os arquivos legislativos nessa tarefa. Seu Arquivo publicou o

Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade de Documentos do Arquivo do Senado Federal, que oferecem parâmetros para a gestão arquivística facilmente adaptáveis. O Arquivo Nacional disponibilizou importantes instrumentos, em particular as normas arquivísticas brasileiras e publicações sobre tratamento, acondicionamento, descrição (normas Isad-G), classificação e digitalização de acervos.

Orientações para preservação da memória do Legislativo nacional estão disponíveis *on-line*. Mesmo que apareçam dificuldades estruturais, a história do município, que tem forte apelo político, sempre oferece excelente argumento para a mobilização da comunidade. O princípio democrático



Visitante pode ter acesso à Lei Áurea, que libertou os escravos brasileiros

de publicidade e transparência da *res publica* não pode prescindir da preservação do seu substrato material: o patrimônio arquivístico.